

PORTO & MAR

Governo quer implantar novo PDZ ainda neste semestre

Informação é do secretário nacional de Portos, Diogo Piloni, que receberá o estudo na próxima semana

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos será avaliado e deve ser implantado ainda neste semestre, pela Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários. O órgão, ligado ao Ministério da Infraestrutura, vai receber o estudo na próxima semana, de acordo com a programação da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp, a Autoridade Portuária).

A informação é do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Diogo Piloni. O executivo, que também é presidente do Conselho de Administração (Consad) da Codesp, esteve em Santos ontem.

Além de participar de reunião na sede da Autoridade Portuária, Piloni visitou a sede do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp). A entidade reúne operadores que atuam no caissantista. Todos aguardam as novas diretrizes do PDZ.

O estudo reúne normas



O PDZ define que tipo de mercadoria pode ser movimentada em cada área do complexo marítimo

porto e funciona como um instrumento de planejamento e fomentador de políticas públicas portuárias. Esta versão do PDZ prioriza a clusterização, que é a concentração de cargas em determinadas regiões do cais santista.

Além disso, a proposta do novo plano prevê medidas para ampliar em 50% a capacidade de movimentação de cargas do complexo marítimo nas próximas duas décadas, chegando a 240,6 milhões de toneladas anuais.

“O PDZ é desatualizado desde 2006. Isso é muito

que não tem uma visão de curto, médio e longo prazo clara para a ocupação e vocação das suas áreas. Então, a gente aprovando isso,

no de longo prazo. Não é nada de um dia para o outro. Mas aí fica a linha mes-tra da atuação da companhia daqui em diante”, des-

REAÇÃO NATURAL

CARLOS NOGUEIRA



“Na discussão do PDZ, quando a gente está definindo a alocação e a correta vocação de áreas dentro do Porto, é natural que se desagrade interesses específicos”

Diogo Piloni
Secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários

DIÁLOGO COM A COMUNIDADE

A revisão do PDZ criou polêmica porque empresários e sindicalistas pediram maior discussão do estudo com a comunidade portuária. Piloni discorda e aponta que, em uma análise importante como o zoneamento do Porto, é natural que alguns interesses não sejam atendidos.

“Na discussão do PDZ, quando a gente está definindo a alocação e a correta vocação de áreas dentro do Porto, é natural que se desagrade interesses específicos. E, assim, o olhar da companhia deve ser o da otimização do Porto como um todo. É óbvio que é importante observar os interesses específicos, tentar conciliar”, disse o executivo.

A Autoridade Portuária destaca que realizou mais de 30 reuniões setoriais com profissionais envolvidos nas atividades do complexo para discutir o PDZ. Como resultado, a Docas passou a analisar um pedido feito por algumas dessas entidades.

O pleito se refere à destinação de dois berços de atracação para 13 operadores de cais público. Isto porque o projeto elaborado pela Autoridade Portuária não contempla a movimentação de cargas realizadas por esses empresários.

A saída estudada prevê implantar esses dois berços entre a Alemoa e o cluster de contêineres a